

Congresso legisla em causa própria

271
Humberto de Campos

Os deputados federais aumentaram os próprios salários para valores maiores que Cz\$ 4 milhões, a partir de dezembro. A alegação é que, a partir de agora, eles descontam 45% de Imposto de Renda na Fonte. Por isso, muitos chegaram a brigar com a imprensa, que publicou notas dizendo que eles aprovavam o próprio salário, quando não tinham interesse em aprovar o salário mínimo.

Aceitas as justificativas e explicações — e até as reclamações porque um comentarista teria “mentido” sobre o assunto — chega um momento em que não é mais possível esconder as coisas.

Pouco mais de uma semana após terem aumentado os próprios

salários para mais de 4 milhões, surge um fato novo. Primeiro é preciso calcular os 45% dos Cz\$ 4 milhões, que chegam a Cz\$ 1,7 milhão de desconto, sobrando coisa de Cz\$ 2,2 milhões, no final do mês.

Em janeiro os parlamentares terão aumento de salário. Esse aumento será igual ao do funcionalismo público, que recebe, digamos, uma URP de 26,3%. Mas, para facilitar o entendimento, vamos arredondar esse número para 25%. O aumento dos parlamentares vai para Cz\$ 5 milhões.

O desconto de 45%, nesse caso, chega aos Cz\$ 2 milhões 250 mil. Sobram exatos Cz\$ 2 milhões 750 mil, no final do mês. Um belo salário.

Esta semana, no entanto, os parlamentares aprovaram rapida-

mente uma nova lei para o Imposto de Renda. Lei essa que reduz o número de alíquota de desconto na fonte para apenas duas e, assim mesmo, nas faixas de 10 e 25% como teto. Assustados com a repercussão da matéria, alguns parlamentares tentaram adiar a votação para o ano que vem, pois assim ela só vigoraria a partir do outro ano. 1990. Não adiantou. Os interesses foram mais fortes e em nome de proteger o cidadão de um “leão” extremamente voraz, foi aprovada a emenda constitucional que lhes garantirá, a partir de janeiro — com o salário em Cz\$ 5 milhões — mais Cz\$ 1 milhão líquidos, no bolso. Uma beleza. Descontam apenas Cz\$ 1 milhão 250 mil.

Consta — repito — entretanto, que o funcionalismo público, cujo

percentual de aumento também determina o aumento dos deputados, conseguirá para janeiro um acréscimo de 80% — na verdade, 78, mas estamos arredondando os números — aumento esse que também será incorporado a já poupada quantia percebida (não, percebida é a nossa, que entra ao bolso, a gente percebe, mas logo vai embora) digo, recebida, por eles. Nesse caso, receberão mais Cz\$ 3 milhões e 200 mil, ou seja, mais de Cz\$ 8 milhões, descontando apenas 25%. Saem apenas Cz\$ 2 milhões e eles ficam com um salário líquido de Cz\$ 6 milhões por mês. Uma gratificação de fim de ano igual ao maior salário do ano (de dezembro), quotas de telefone, de correspondência, gabinete em Brasília e quotas mensais de passagens aéreas.